

Consulta Pública ERSE n.º 136

Projeto de Diretiva ERSE referente à repartição do financiamento dos custos com a tarifa social, respeitantes ao ano de 2026 e ajustamentos dos anos 2024 e 2025

Contributos Sumários

APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação

1. AGRADECIMENTOS INICIAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO

A APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação (“APQuímica”) agradece a oportunidade de poder contribuir, no quadro da presente consulta pública, para o *Projeto de Diretiva ERSE referente à repartição do financiamento dos custos com a tarifa social, respeitantes ao ano de 2026 e ajustamentos dos anos 2024 e 2025*.

A APQuímica e a indústria que representa gostariam de apresentar um conjunto de reflexões para o supramencionado projeto de Diretiva ERSE, enquanto:

- um dos setores industriais nacionais mais intensivos em consumos de energia (eletricidade e gás natural), que tem vindo a desenvolver um esforço muito significativo no reforço da eficiência energética das suas operações e processos industriais, como forma de simultaneamente reforçar a sua sustentabilidade e garantir que permanece competitivo nos mercados internacionais em que opera;
- um dos setores industriais nacionais que mais se ressentem com subidas e maiores níveis de volatilidade no custo da eletricidade, que representa entre 30 – 60% da sua estrutura de custos, dependendo da cadeia de valor em que cada empresa opera;
- um setor industrial integrado em cadeias de valor globais e fortemente exportador (de acordo com os mais recentes dados estatísticos INE/EUROSTAT), representa cerca de 14% do total de exportações de bens nacionais), em que as suas empresas competem diretamente com concorrentes de origem intra e extra-EU, os quais, na

sua larga maioria, beneficiam de custos finais de energia (custo total/fatura) inferiores, sendo mesmo em alguns casos substancialmente inferiores¹.

- um setor em forte transformação, com vários novos projetos industriais, muito “capital-intensivos”, em fases finais de decisão de investimento e/ou em estádios muito iniciais de implementação, vários dos quais relevantes não apenas para a sua transição energética e descarbonização, mas igualmente para apoiar a transição energética e descarbonização de outros setores.

2. CONTRIBUTOS APQUÍMICA

Enquanto ponto prévio aos contributos subsequentes, a APQuímica gostaria de começar por sublinhar que entende ser **essencial a existência de uma tarifa social, que permita assegurar o acesso universal a um bem fundamental, como é o caso da energia elétrica**, com particular preocupação pela *salvaguarda dos clientes finais economicamente mais vulneráveis*, os quais, de outra forma, poderiam ver esse acesso limitado, com potenciais consequências económicas, sociais (e, inclusivamente, societais) negativas e indesejáveis.

Relativamente à metodologia de cálculo adotada para repartição do financiamento dos custos com a tarifa social, que a presente proposta de Diretiva ERSE pretende manter globalmente inalterada face a anos anteriores, nada tendo a comentar, a APQuímica gostaria, no entanto, de expressar a sua **preocupação de fundo com a componente de ajustamentos de anos anteriores** que integra e com os seus efeitos sobre o custo nos anos seguintes.

Com efeito, o diferencial, para os vários anos, entre energia previsional e energia real poderá configurar um **fator de imprevisibilidade, gerador de incerteza, com potencial de impacto não despreciable sobre custos futuros**, por via dos ajustamentos que implica, como fica patente no quadro 3.3 do documento explicativo disponibilizado pela ERSE (pag. 40).

¹ Esta é uma das principais conclusões do “Estudo dos fatores determinantes da Competitividade do Setor da Química, Petroquímica e Refinação na sua inserção nos mercados nacionais e internacionais em que atua” (Estudo de Competitividade APQuímica), apresentado publicamente no passado dia 29.10.2025 no Complexo Químico de Estarreja, que teremos toda a disponibilidade para partilhar e discutir igualmente com a ERSE, caso tal seja entendido como conveniente, no contexto do desenvolvimento da Diretiva ERSE alvo da presente consulta pública e/ou em ligação a outros temas trabalhados por esta Entidade Reguladora.

No conjunto de análises quantitativas e comparações internacionais realizadas no âmbito do Estudo, o factor de competitividade “Energia” (e em particular, a energia elétrica) é identificado como um dos principais fatores que, no atual contexto, mais contribuem para a perda de competitividade internacional do Setor. Esta conclusão é corroborada ainda pelo facto de o custo da energia ter estado a ser indicado como uma das principais causas associadas à vaga de encerramentos a que se tem estado a assistir nos últimos anos na indústria química em Portugal e na Europa.

Esta situação é ainda mais crítica no atual contexto, e em particular para clientes finais, fortemente intensivos em consumos elétricos (como é o caso do setor da química, petroquímica e refinação), em que *qualquer variação que possa representar um aumento, não inicialmente esperado, de custos energéticos* (neste caso, por via de ajustamentos a consumos e custos de anos anteriores), por menor que seja, pode ter impactos significativos – e não desejáveis – numa fase em que por toda a Europa estão em curso análises de viabilidade, seja de novos projetos, seja associadas a decisões de eventuais deslocalizações (*cf. considerações iniciais de contextualização apresentadas na secção anterior do presente documento de contributos APQuímica*).

É portanto **essencial garantir a existência de informação fidedigna em tempo útil (*informação real sempre que possível e assim que possível, o mais automatizada possível*) para suportar a aplicação da supramencionada metodologia de cálculo para repartição de custos.**

Preocupa-nos igualmente o valor final dos custos em si e a sua evolução recente. Consideramos que aumentos, de 2025 para 2026, de cerca de 20% para o valor unitário a suportar pelos produtores e de cerca de 30% para o valor unitário a suportar pelos “comercializadores e demais agentes de mercado na função de consumo” (doravante, por simplificação, designados apenas por “comercializadores”) são **excessivos no atual contexto e conjuntura geopolítica.**

Para além do seu aumento, preocupa-nos igualmente que esses custos (*que, no caso específico dos comercializadores, ascendem a mais de 2 EUR/MWh*), considerando os habituais mecanismos de formação de preço ótimo neste tipo de mercados, tenham uma **muito forte probabilidade de virem a ser repassados/repercutidos nos preços praticados aos clientes finais, contribuindo para o seu aumento e, se não asseguradas as devidas salvaguardas, inclusivamente criando um *feedback loop* nos custos com a tarifa social, reforçando-os** (*uma das razões apresentadas para justificar o aumento dos custos com a tarifa social em 2026 foi exatamente o aumento dos preços da eletricidade vendida aos clientes finais*), **podendo ainda reforçar, nos limiares de consumo e rendimento mais baixos, desigualdades entre consumidores residenciais elegíveis e não elegíveis a tarifa social.**

Por esse motivo, a APQuímica e os seus associados industriais consumidores de energia elétrica consideram fundamental encontrar um mecanismo que permita reforçar a transparência deste processo, **dando visibilidade a esta parcela dos custos, tornando-a visível, de forma clara e inequívoca, em particular para os clientes finais de eletricidade.**

A APQuímica sugere ainda que essa medida de transparência possa igualmente criar as bases para, conjugada com uma **análise comparativa aprofundada desta mesma realidade nos restantes Estados-Membros da EU, suportar um debate aberto sobre o próprio modelo e fontes de financiamento da tarifa social**, considerando a originalidade do modelo português face à opção que, num enquadramento comunitário comum, prevalece na maioria dos EM EU - o *financiamento direto da tarifa social via recursos públicos, em particular através dos respetivos Orçamentos de Estado*.

Reiterando o forte compromisso do setor para com esta matéria, a APQuímica e os seus associados industriais permanecem à disposição para futuras interações com a ERSE e as restantes partes interessadas, que sejam consideradas relevantes na sequência deste processo de consulta pública.

APQuímica, 5/12/2025

A APQuímica é a associação de referência para o Setor da Química, Petroquímica e Refinação em Portugal e a entidade gestora do Cluster de Competitividade da Petroquímica, Química Industrial e Refinação. Integra mais de 60 associados, entre grandes empresas industriais, PME, startups, universidades, centros de I&DT e outras entidades com atividade relevante ao longo da sua cadeia de valor.

De acordo com os últimos dados estatísticos INE/EUROSTAT disponíveis, o setor da Química, Petroquímica e Refinação português representava:

- 16,9 mil milhões EUR volume de negócios anual;
- 1,7 mil milhões EUR de valor acrescentado bruto (VAB);
- 1,1 mil milhões EUR de investimento anual;
- 12,6% do total de exportações nacionais (para 181 países);
- mais de 50 000 empregos diretos e indiretos;
- 20% da despesa em inovação da Indústria Transformadora, gerindo um dos únicos programas doutorais em ambiente industrial em Portugal (o EngIQ – www.eng-iq.pt, atualmente na sua 17ª edição).

Os principais complexos industriais do setor constituem importantes polos de desenvolvimento das economias regionais e locais em que se integram (em particular Estarreja/Aveiro, Grande Lisboa/Setúbal, Sines).

www.apquimica.pt